



Ata Reunião do NDE
Data: 30 de outubro de 2025

No dia 30 de outubro do ano de 2025, às 14 horas e 20 minutos, no auditório do DESU, os membros do NDE do curso presencial e EaD de pedagogia - Heidi Baeck, Erick Rommel, Maria Inês Azevedo, Luciana Moratelli, Neila Bernasconi, Tania Chalhub, Aline Xavier, Priscilla Cavalcante, Simone Peixoto, Gabriel Lelis e Mario Missagia - e demais professores do departamento se reuniram. O coordenador do curso presencial de Pedagogia Mário Missagia abriu a reunião apresentando as pautas ligadas ao curso presencial: realização de aulas remotas ou assíncronas isoladamente, possibilidade de futura adesão ao SISU, informes sobre extensão curricular 2026.1 e inclusão de TCCs no repositório Huet. O curso semi-presencial solicitou como ponto único de pauta o decreto 12.456/2025 e suas implicações para o curso de pedagogia bilíngue EaD. Iniciando os pontos do curso presencial, Mario Missagia informa que no presente momento não consta em nosso PPC regulamentação para a oferta de aulas remotas, porém, em momentos excepcionais, este recurso foi utilizado. Um exemplo foi a operação policial realizada no bairro da Penha em 28/10/2025, a qual inviabilizou a presença de alunos moradores desta região e de áreas a ela ligadas. Neste caso, professores consultaram suas turmas e, a depender das demandas de cada turma, foram organizadas atividades presenciais, híbridas ou remotas, síncronas ou assíncronas. No entanto, o coordenador do presencial alerta que esta situação não pode se confundir com a oferta de atividades remotas isoladamente, por iniciativa e conveniência de professores ou alunos, no decorrer regular do semestre. Mario Missagia consulta os presentes para entender se há ou não demanda de regulamentar a prática das aulas remotas na graduação presencial, lembrando que a legislação facilita aos cursos a oferta de até 20% do curso de forma remota ou EaD. A professora Maria Inês Azevedo defende que, no presente contexto, se avalie caso a caso a necessidade do emprego de atividades remotas ou híbridas. A professora de Língua Portuguesa destaca ainda que há um profundo trauma coletivo, o qual não pode ser ignorado. A professora Yrla Ribeiro alerta para a importância de informarmos os alunos e servidores com a maior antecedência possível, para evitar mal-entendidos, pois neste contexto intérpretes ou alunos se deslocarem desnecessariamente à instituição é algo grave. Mario Missagia defende então que seja mantida a avaliação caso a caso até que a situação da segurança pública se estabilize; caso não ocorram novos acontecimentos até segunda-feira, a indicação é pela presencialidade. Os presentes concordaram unanimemente. O professor consulta os membros do



NDE sobre o uso de aulas remotas ou EaD de forma regular, a critério do professor. A professora Maria Inês Azevedo se posiciona contrariamente à realização de aulas remotas sem organização prévia com os demais professores e as coordenações. A professora alerta para o perigo da desorganização do curso, bem como os prejuízos para os demais professores que lecionam no mesmo dia. A professora Tania Chalhub compartilha sua experiência na oferta da extensão em educação museal, realizada por ela no corrente ano. Segundo a professora, parte das aulas se passavam em museus, em visitas presenciais ou remotas; havia também uma carga horária voltada para pesquisa na internet. Mario Missagia destaca que neste caso não se trata de atividades remotas ou EaD, mas sim de visitas ou atividades de pesquisa, as quais não se confundem com a oferta remota de parte de uma disciplina presencial. A professora Rosana Prado diz não ver motivos para a realização desta discussão, pois já há uma orientação clara. A professora entende que o emprego de carga horária remota precisa ser coletivo, previamente combinado e com justificativa à altura. A professora de educação bilíngue relembra os presentes que, para realizar aulas remotas durante a pandemia, foi necessária a construção de infraestrutura adequada, logo, neste momento, sem tal estrutura, não seria possível aplicar a mesma prática. A professora Renata Dionysio reforça a fala da professora Rosana Prado, frisando que nem todos os alunos têm condições de acompanhar aulas remotas em razão da falta de internet e alerta ainda para a necessidade de sermos sensíveis às possibilidades dos alunos quando contabilizarmos as faltas. A professora Yrlla Ribeiro justifica a presença deste tema na pauta pela ocorrência esporádica de aulas remotas sem justificativa prévia. Segundo a professora, apesar dos recorrentes avisos, esta prática tem se mantido, o que contribui para a construção de uma situação injusta em relação a outros servidores, que quando se ausentam do serviço precisam de atestado para comprovar a ausência e não serem descontados. Tendo em vista a unanimidade das falas, fica mantida a diretriz de apenas realizar atividades à distância ou remotas em situações excepcionais e mediante organização coletiva prévia. Passando ao próximo ponto de pauta, Mario Missagia informa aos presentes sobre a publicação recente do edital de adesão ao SISU, recentemente divulgado. O coordenador fala da necessidade de estudar o documento, tendo em vista debate anteriormente realizado no NDE que considerou como positiva para divulgação do curso a adesão ao SISU de um número restrito de vagas de ampla concorrência. A professora Yrlla Ribeiro relembra os presentes do fato de que o SISU não tem mais provas de conhecimentos específicos, o que inviabiliza a exigência de Língua de Sinais aos candidatos. Diante deste fato,



segue inviável a adesão ao SISU, ainda que os presentes reconheçam o ganho para a divulgação do curso. Passando ao penúltimo ponto ligado ao curso presencial, Mario Missagia relembra os presentes da necessidade de submeter ao último colegiado do ano as propostas de extensão curricular com início em 2025.1. Para abordar o último ponto de pauta, o coordenador do curso presencial convida a professora Tania Chalhub para falar sobre a inclusão dos TCCs do curso de pedagogia presencial no Repositório Huet. A professora de TICs destaca que hoje na equipe do repositório, além dela própria, também está presente o professor Tiago Ribeiro, o qual tem tido importante papel na manutenção desta iniciativa fundamental para o INES. A professora destaca ainda que a Coleta CAPES agora utilizará trabalhos incluídos no repositório, o que exigiu a mudança na forma de registro destes trabalhos. Esta mudança contribuiu para a padronização dos processos no repositório e nos fez notar a importância de incluir nos trâmites regulares de conclusão do curso o registro destes trabalhos no repositório. Apesar dos avanços, a professora Tania Chalhub destaca dificuldades enfrentadas, tais como a falta de suporte de TI, em especial para atualizar o sistema do repositório que se encontra muito defasado, e a falta de pessoas responsáveis pela inclusão de materiais. O professor Tiago Ribeiro frisa que o envio dos trabalhos como parte do trâmite regular de conclusão dos cursos é um passo fundamental, incluindo neste momento a autorização para publicação de autor e orientador. A professora Yrla Ribeiro defende que o passo do envio seja concluído nos trâmites de conclusão do curso, de forma semelhante ao que é feito na biblioteca; para tal, precisamos de uma orientação para sabermos como construir este processo junto à DIRA; a professora avalia ainda a possibilidade do trâmite da inclusão do texto no repositório ser feito pela DIRA diretamente. A professora Tania Chalhub informa que no mestrado cabe ao secretário realizar esta tarefa; a professora se coloca à disposição para orientar no que for necessário. A professora Maria Inês Azevedo pondera sobre a necessidade de refletirmos a respeito de que trabalhos estarão disponíveis para consulta externa. A professora de Língua Portuguesa defende ainda que outros materiais, os quais são construídos em disciplinas e atividades de extensão, possam ser incluídos. Tania Chalhub informa que é possível arquivar um TCC no repositório e não deixá-lo disponível ao público em geral, mas alerta também que apenas materiais que passaram por processo de validação podem ser incluídos, o que é uma questão a ser pensada frente à inclusão de materiais oriundos de disciplinas. Yrla Ribeiro reforça a necessidade de um manual que oriente os alunos quanto à forma de proceder para terem seus trabalhos arquivados no repositório. A professora pergunta também se o trabalho publicado no



repositório deixa de ser inédito, o que acarreta problemas para a submissão a revistas acadêmicas. A professora Rosana Prado defende que todos os trabalhos sejam arquivados no repositório, mas que professores e alunos em conjunto decidam sobre sua publicização. Tania Chalhub, responsável pelo repositório, avalia que será necessário desdobrar este debate em um segundo momento e informa que um manual está sendo preparado para breve. Desta forma, os presentes concordam em trazer novamente o ponto à pauta. Concluídos os pontos referentes ao curso presencial, a palavra foi passada para os professores Ricardo Januário e Luciana Moratelli, coordenador da CEAD e coordenadora do curso de Pedagogia EaD/Semi-Presencial. O coordenador da CEAD destaca a importância deste momento, no qual um novo processo é proposto; o curso EaD foi estinto, precisando ser colocado em seu lugar, por força do decreto 12.456/2025, um novo curso na modalidade semipresencial. Devemos observar este momento também como uma oportunidade de criar um curso com pertencimento dos docentes, encerrando as divisões passadas que tanto mal fizeram a esta iniciativa. O professor destaca que o decreto foi enviado a todos e, a partir de sua leitura e debate, um conjunto de temas deve ser enfrentado: (1) o marco representado pelo decreto, seus limites e possibilidades; (2) Avaliação e qualidade; (3) perfil do egresso; (4) matriz curricular; (5) metodologias pedagógicas; (6) inclusão e acessibilidade. Ricardo Januário destaca ainda que estas questões precisam ser debatidas com os polos e lembra que elas correspondem ao que o MEC espera de nós nas avaliações regulares pelas quais o curso passa. Para o coordenador da CEAD, uma questão especialmente preocupante é a dificuldade de lidar com uma base legal que contém contradições: não há uma definição clara dos atores do curso, não está claro se a presencialidade das licenciaturas será de 30% ou 50%. No que tange às definições a serem tomadas pelo INES, temos também questões importantes a serem definidas: queremos ofertar segunda licenciatura? Como lidaremos com a renovação dos TEDs (seis renovados, seis não)? Como lidaremos com a estrutura física a serviço do curso no INES, que é muito limitada? O professor Tiago Ribeiro concorda que esta é uma importante oportunidade para criar uma relação de pertencimento dos docentes com o curso, inclusive na forma de atividades que incluem o presencial e o semipresencial. O professor de Língua Portuguesa apresenta brevemente um exemplo de atividade conjunta com alunos do presencial e do semipresencial realizada por ele. Ricardo Januário informa que temos dois anos para nos adequar às novas normas; para o professor, a nota cinco conquistada deve ser mantida, defendida, pois é o reflexo de um grande esforço protagonizado por colegas que vieram antes e trabalharam muito para



alcançar este resultado. Mas, para alcançarmos este objetivo, o INES precisa assumir verdadeiramente o curso. A professora Maria Inês Azevedo entende que não se trata de fazer um novo curso partindo do zero, mas sim partindo dos aprendizados que já acumulamos em anos de debate no NDE. A professora avalia que o conjunto de temas elencado representa um possível caminho a ser seguido, desde que com consistência, a fim de construir um PPC para este curso. Quanto à semipresencialidade, ela favoreceria nosso curso por termos a experiência do presencial; a partir desta experiência e de nossos debates, devemos elaborar uma proposta para ser levada aos polos. Yrla Ribeiro entende que temos hoje um importante acúmulo de discussões, o qual será de grande valia para enfrentarmos os debates ligados à elaboração do PPC. Se, por um lado, há muitas questões específicas à EaD, por outro lado há muito de comum aos cursos independentemente das modalidades, como as disciplinas, por exemplo. Para a professora, o ponto central a ser enfrentado passa pela presencialidade. Oferecer respostas viáveis e verdadeiras a esta questão é fundamental; para tal, é importante levantarmos outras experiências e propostas. Concluindo, a professora diz compreender que a responsabilidade de pensar soluções e produzir os textos cabe a todos, mas cabe à equipe da EaD amarrar as discussões e conduzir o processo. Mario Missagia, o próximo inscrito, diz que o prazo que devemos considerar não é o de dois anos, mas sim o prazo até o próximo ingresso. Para o professor, não cabe pensarmos só o que a lei exige, mas principalmente o curso que queremos, para, cientes deste ideal, busquemos avaliar o que a lei comporta. Luciana Moratelli, coordenadora do curso EaD, alerta que o próximo ingresso exigirá de nós condições de mantermos dois cursos em simultâneo. Além disso, hoje não temos certeza de contarmos com os agentes que temos hoje no curso, pois CAPES e MEC divergem neste ponto. Por fim, a coordenadora avalia que pensar o bilinguismo no contexto da semipresencialidade será um grande desafio. Ricardo Januário esclarece que, quando falou em começar do zero, sua fala fazia menção ao fato de que no sistema EMEC se trata de um novo cadastro a ser preenchido e destaca a importância de criarmos atas e demais documentos dentro do que será esperado pelos avaliadores do MEC. Para Januário, o ingresso de novos alunos implica em termos um PPC pronto e exequível. Yrla Ribeiro entende que, dadas estas demandas, o ingresso em 2026 seria inviável. Érica Machado relembra que houve ampla discussão sobre a representatividade dos polos, sendo por este motivo fundamental avaliar a demanda por este curso em seus locais: há alunos surdos nestes locais? Para a professora de políticas públicas, devemos ter em mente que representamos a modalidade mais jovem entre aquelas ofertadas hoje; se não estreitarmos



nossos laços com Brasília, não teremos chance de demonstrar a importância da EaD neste contexto. Tania Chalhub, reforçando a fala anterior, defende que se avalie a demanda social pelos polos, pois não adianta insistir em manter a oferta de um curso em uma região onde não há demanda por ele. O professor Tiago Ribeiro também concorda com a fala de Érica Machado. Para o professor de Língua Portuguesa, nosso curso é viável, mas precisamos construir interlocução junto ao MEC. Diante do discutido, Maria Inês Azevedo e Mario Missagia propõem a criação de um calendário. Diante das diversas datas expostas, os presentes concordam que são viáveis em 2025 apenas os dias 13/11 e 04/12. Yrla Ribeiro cogita a possibilidade de buscarmos outros dias; Mario Missagia lembra que às sextas-feiras à tarde há menos demanda por reuniões, o que viabiliza esta data. Para a equipe da EaD, esta data seria inviável, tendo em vista reuniões já assumidas com tutores e coordenadores de polo. Após o debate, foram aprovadas as duas datas e a inclusão de mais datas após o recesso/férias de janeiro. Por unanimidade, estes encontros foram aprovados. Sem mais a discutir, às 16 horas, o professor Mario Missagia encerra a reunião.

Mario Missagia

Membros do NDE presentes na reunião que concordam com a Ata:

Neila Bernasconi: _____

Erick Rommel: _____

Heidi Baeck: _____

Simone Peixoto: _____

Gabriel Lelis: _____

Priscilla Cavalcante: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR



Aline Xavier _____

Elizabeth Serra _____

Maria Inês Azevedo _____